

A CRIANÇA VÍTIMA DE ABUSO SEXUAL E A ESCOLA SOB A PERSPECTIVA DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO DE LAGES/SC

Miriã Raquel Pedroso¹
Claudia Waltrick Machado Barbosa²

RESUMO

Estudar a violência sexual, pode vir a ser uma experiência dolorosa, especialmente quando as vítimas são crianças, que em determinadas circunstâncias, não conseguem reagir contra, tornando a situação mais complexa e revoltante. Entretanto, o abuso sexual infantil é um tema real, que faz vítimas todos os dias, muitas vezes dentro de suas próprias casas, lugar onde deveriam sentir-se seguras. É importante se pensar em uma política educacional referente a prevenção de abuso sexual, porém, também é importante saber como agir em casos que a violência já foi consumada. Como o ambiente escolar é onde a criança passa maior parte do tempo, é de grande relevância saber se os profissionais da educação conseguem identificar e notificar o abuso e a exploração sexual contra crianças, ou até mesmo se percebem esse sofrimento na criança. Por este motivo, o objetivo geral deste estudo é compreender a concepção dos profissionais da educação da cidade de Lages, em relação ao abuso sexual. Nos dias atuais é muito importante que se lance um olhar sobre as questões referentes à violência sexual infantil. A escola tem o compromisso de estar atenta a sinais e atitudes referentes à violência sexual apresentados pelas crianças no meio educacional, capacitando os/as profissionais da educação para que saibam identificar e notificar os sinais advindos dessa forma de violência, garantindo, então, a qualidade de vida e o aprendizado escolar dos alunos. Esta pesquisa é de abordagem qualitativa e utilização de pesquisa descritiva.

Palavras-chave: Criança, Escola, Abuso sexual.

THE VICTIM CHILD OF SEXUAL ABUSE AND THE SCHOOL UNDER THE PERSPECTIVE OF LAGES / SC EDUCATION PROFESSIONALS

ABSTRACT

To study the sexual violence, can come to be a painful experience, especially when the victims are children, who in determined circumstances, do not obtain to react against, becoming the revoltant situation most complex and. However, the infantile sexual abuse is a real subject, that makes victims every day, many times inside of its proper houses, place where they would have to be felt safe. It is important to think about one referring educational politics the prevention of sexual abuse, however, also it is important to know as to act in cases that the violence already was consummated. As the pertaining to school environment is where the child passes greater

¹Acadêmica da 10ª fase do Curso de Psicologia do Centro Universitário UNIFACVEST

² Psicóloga e Pedagoga – Professora do Curso de Psicologia do Centro Universitário UNIFACVEST, Mestre em Educação, Especialista em Terapia Familiar e de Casal.

has left of the time, she is of great relevance to know if the professionals of the education obtain to identify and to notify the abuse and the sexual exploration against children, or even though they perceive this suffering in the child. For this reason, the general objective of this study is to understand the conception of the professionals of the education of the city of Lages, in relation to the sexual abuse. In the current days it is very important that if it launches a look on the referring questions to the infantile sexual violence. The school has the commitment to be intent the referring signals and attitudes to the sexual violence presented by the children in the educational way, enabling os/as professional of the education so that they know to identify and to notify the happened signals of this form of violence, guaranteeing, then, the quality of life and the pertaining to school learning of the pupils. This research is of qualitative boarding and use of descriptive research.

Keywords: Child, School, sexual abuse.

INTRODUÇÃO

O silêncio é um dos pontos fortes em crianças abusadas sexualmente dificultando a identificação, pois como as autoras Luci e Edila afirmam na revisão de artigo publicado no Jornal de Pediatria, o agressor culpa a vítima, trazendo à ela a responsabilidade do abuso, como se a vítima o tivesse seduzido, o atraído. Usa da imaturidade e insegurança do abusado influenciando-o com a crença de que qualquer queixa a respeito da violência será ignorada, utilizando também de ameaças caso haja uma queixa sobre o ato, estabelecendo uma lei do silêncio. (PFEIFFER e SALVAGNI, 2005, S199).

O baixo desempenho escolar causado por baixa concentração, agressividade e impulsividade é uma das características apresentadas por vítimas de abuso sexual, além de outros sinais que a criança pode dar no dia-a-dia na escola.

A violência sexual é compreendida como a utilização forçada de atividades relacionadas a prática sexual em detrimento dos direitos do outro. Assim ela pode acontecer de várias formas como demonstra Faleiros (2008, p.39):

Através do contato físico, ou seja, por meio de carícias não desejadas, penetração oral, anal, vagina, com o pênis ou objetos, masturbação forçada, dentre outros; e sem contato físico, por exposição obrigatória a material pornográfico, exibicionista, uso da linguagem erotizada em situação inadequada.

A prática da violência sexual está contra os direitos e desrespeita-os. A Constituição Federal de 1998, no seu artigo 227, e artigo 4 do ECA definem:

É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do Poder Público assegurar, com base absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura,

à dignidade, ao respeito, à liberdade, à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo e toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

Para essas crianças, pode ser muito difícil aprender qualquer coisa na escola. A dificuldade em se concentrar faz com que elas não absorvam ou não armazenem informações, e nem aprendam ou tentem lembrá-las. É por isso que essas crianças que são abusadas sexualmente poderão ter um aproveitamento insuficiente em seu desempenho acadêmico na escola.

Nesse sentido, destaca-se a importância da escola, do professor e de todo adulto que de alguma forma se relaciona com a criança, identificar aspectos que demonstram que a criança está sofrendo algum tipo de abuso, pois assim, será possível encaminhá-la a especialistas que contribuirão para sua melhora. Deste modo, é importante que o abuso sexual seja percebido por meio de uma cuidadosa análise e investigação de alguns indicadores comportamentais que devem ser examinados em conjunto com outros fatores presentes no sujeito, nunca isolados (AZEVEDO; GUERRA, 1995).

Azevedo e Guerra (1995, p.74) neste mesmo sentido, dizem que devemos voltar a atenção para o fato de que:

[...] uma criança que por palavras, brincadeiras ou desenhos sugere um conhecimento sexual inapropriado a sua idade; uma criança com preocupações excessivas com questões sexuais e um conhecimento precoce de comportamento sexual adulto; que repetidamente se envolve em brincadeiras sexuais com colegas; que é sexualmente provocante com adultos; uma criança mais velha que se conduz de um modo sexualmente precoce, comportando-se de uma forma que a isola de seu grupo de colegas e atrai comportamento crítico ou sedutor por parte dos adultos; pedidos de contracepção não são raros em crianças sexualmente abusadas e podem ser um grito de ajuda.

A identificação na escola deve ser atenta e rápida, para que o encaminhamento ao/a psicopedagogo/a e psicólogo/a, entre outros/as especialistas, seja efetivo e no trabalho conjunto possam tratar das consequências emocionais e as possíveis dificuldades de aprendizagem, apoiando o trabalho do/a professor/a.

A urgência por uma intervenção, é observada em estudos, como os realizados por Donato (2011, p. 29) onde frisa que:

[...] a tendência para os sintomas de o abuso sexual desaparecer com o tempo (12 a 18 meses após o incidente abusivo). Assim, nem todos os sintomas persistem a até a vida adulta; no entanto há uma parcela considerável de casos (entre 10% a 24% destes), cuja sintomatologia piora com o tempo.

Neste âmbito, a escola, por meio de seus profissionais, que estão próximos das crianças, deve atentar-se aos sinais que elas oferecem, as vítimas pedem socorro seja via própria voz, por linguagem corporal ou por meio de ações e comportamentos que indicam que há algo de errado. Cabe também ao professor, assim como a psicólogos, assistentes sociais, enfermeiros, médicos, advogados, magistrados, promotores, estarem atento a ouvir e perceber os sinais da criança abusada, que legalmente o próprio ECA (BRASIL, 1990, p. 99) expõe esta prerrogativa.

Art. 245. Deixar o médico, professor ou responsável por estabelecimento de atenção à saúde e de ensino fundamental, pré-escola ou creche, de comunicar à autoridade competente os casos de que tenha conhecimento, envolvendo suspeita ou confirmação de maus-tratos contra criança ou adolescente: Pena - multa de três a vinte salários de referência, aplicando-se o dobro em caso de reincidência.

O professor tem papel de grande valia na identificação de crianças abusadas sexualmente, e pode intervir em tais situações já que mantém contato constante com seus alunos. O trabalho do professor, além de alertar sobre o abuso sexual como forma de prevenção, também pode identificar vítimas de abuso e tomar as devidas providências para que o abuso seja cessado, e os agressores devidamente punidos.

A escola é uma instituição que em meio à tantas funções, também, oferece proteção à criança visto que é o segundo lugar ou em muitos casos o primeiro local, onde a criança passa boa parte do tempo. Diante desse fato, como o professor pode reconhecer e interferir na vida de uma criança vítima de violência sexual? Os profissionais da educação estão capacitados a reconhecer e interferir em casos de abuso sexual?

As crianças vítimas de abuso, procuram na escola um amparo, mesmo que por vezes não verbalizem. O abuso sexual fala por si só através de suas consequências físicas e psicológicas, e como instituição social é dever da escola tomar atitudes referentes ao abuso, desta forma, o professor não deve se abster da responsabilidade que tem com o aluno que não é apenas de ensinar/educar, mas também de proteger e cuidar.

A relevância científica desta pesquisa, está na aquisição de dados reais sobre a capacitação e percepção dos profissionais da educação no reconhecimento e interferência em casos de abuso sexual infantil, bem como servir de fonte de pesquisa que desejem aprofundar estudos a respeito deste tema.

METODOLOGIA

A metodologia é, pois, o estudo da melhor maneira de abordar determinados problemas no estado atual de nossos conhecimentos. A metodologia não procura soluções mais escolhe as

maneiras de encontrá-las, integrando os conhecimentos a respeito dos métodos e vigor nas diferentes disciplinas científicas ou filosóficas (BARROS; LEHFELD, 1886, p.2).

Este artigo tem por objetivo compreender a concepção e o tratamento dispensados pelos profissionais da educação de Lages/SC, em relação ao abuso sexual infantil. Esta pesquisa define-se, do ponto de vista metodológico, por uma abordagem de pesquisa qualitativa, enfatizando a condição do pesquisador como sujeito e destacando a importância do seu diálogo com o campo empírico, no processo de produção de conhecimento.

Para este estudo foi utilizada pesquisa de campo, pois, para Gil, (2007, p.53), o estudo de campo procura muito mais o aprofundamento das questões propostas do que a distribuição das características da população segundo determinadas variáveis. Como consequência, o planejamento do estudo de campo apresenta muito maior flexibilidade, podendo ocorrer mesmo que seus objetivos sejam reformulados ao longo da pesquisa.

Para a coleta de dados foi utilizado um questionário com perguntas fechadas juntamente com o termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE. O questionário é um instrumento de pesquisa pelo fato de ser constituído por uma lista de indagação que, respondidas, dão ao pesquisador as informações que ele pretende atingir. O questionário possui técnicas próprias de elaboração e aplicação, que precisam ser obedecidas, como garantias para sua validade e fidedignidade. É um instrumento de coleta de dados constituído por uma série ordenada de perguntas, que devem ser respondidas com ou sem a presença do entrevistador (GRESSLER, 2004).

Nesse sentido Gil (1999, p. 128), explicita; “pode-se definir questionário como a técnica de investigação composta por um número mais ou menos elevado de questões apresentadas por escrito às pessoas, tendo por objetivo o conhecimento de opiniões, crenças, sentimentos, interesse, expectativas, situações vivenciadas etc.”. Para análise dos dados, foi utilizado o método de análise categorial, onde é considerando a totalidade do texto na análise, passando-o por um crivo de classificação e de quantificação, segundo a frequência de presença ou ausência de itens de sentido (OLIVEIRA, 2008).

A pesquisa foi realizada em três escolas municipais da cidade de Lages/SC, sem agendamento prévio e com autorização por escrito da Secretaria Municipal de Educação. Os participantes foram funcionários das escolas, sendo eles treze professores, uma auxiliar de direção e uma diretora escolar, aos quais foi esclarecido os objetivos da pesquisa, bem como a importância desta para conhecimento científico.

ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS

De acordo com os dados de identificação da tabela é possível perceber que os entrevistados foram na sua maioria do sexo feminino, ou seja, 14 participantes e 01 participante do sexo masculino.

Quadro 1 - Quanto à identificação dos entrevistados

Entrevistados	Sexo	Idade	Escolaridade	Tempo de Profissão	Área de Atuação
Entrevistado 01	Feminino	45	Pós-Graduação	12 anos	Professora Ensino Fundamental
Entrevistado 02	Feminino	41	Pós-Graduação	22 anos	Professora do Fundamental ao Médio
Entrevistado 03	Feminino	28	Pós-Graduação	07 anos	Professora Maternal
Entrevistado 04	Feminino	47	Graduação	08 anos	Professora Maternal
Entrevistado 05	Feminino	29	Graduação		Professora Maternal
Entrevistado 06	Feminino	35	Graduação	15 anos	Professora Maternal
Entrevistado 07	Feminino	41	Graduação	23 anos	Professora Maternal
Entrevistado 08	Feminino	44	Pós-Graduação	19 anos	Auxiliar de Direção
Entrevistado 09	Feminino	43	Pós-Graduação	25 anos	Diretora Escolar
Entrevistado 10	Feminino	28	Graduação	07 anos	Professora Pré – Escolar
Entrevistado 11	Feminino	45	Pós-Graduação	21 anos	Professora 3º ano – Ensino Fundamental
Entrevistado 12	Feminino	45	Graduação	5anos	Professora Ensino Fundamental e Médio
Entrevistado 13	Masculino	22	Graduação	3 anos	Professor Ensino Fundamental II
Entrevistado 14	Feminino	35	Graduação	13 anos	Professora de Educação Especial
Entrevistado 15	Feminino	36	Graduação	15 anos	Professora Maternal

Fonte: Dados obtidos na entrevista

Essa predominância feminina no magistério se dá historicamente de acordo com o que explica Rabelo e Martins (2010, p. 6168)

A associação da atividade de magistério a um “dom” ou a uma “vocação” feminina baseia-se em explicações que relacionam o fato de a mulher gerar em seu ventre um bebê com a “consequente função materna” de cuidar de crianças; função esta que seria ligada à feminilidade, à tarefa de educar e socializar os indivíduos durante a infância. Dessa forma, a mulher deveria seguir seu “dom” ou “vocação” para a docência.

Inicialmente o magistério era considerada uma profissão masculina, onde somente homens podiam estudar e ensinar. Após a Revolução Francesa, com a ascensão da burguesia, a mulher ocupa o seu lugar de educadora de seus filhos, e a partir de então dentre muitas conquistas femininas o acesso à educação e a oportunidade de educar lhe é oferecida. Até os dias de hoje o espaço educacional é visto como feminino e por vezes exige “qualidades femininas” como por exemplo maternidade e sensibilidade (RABELO E MARTINS, 2010).

As idades dos participantes estão compreendidas entre 22 e 47 anos, sendo que encontramos 7 profissionais adultos jovens e 8 profissionais adultos. Quanto ao nível de escolaridade foi possível constatar que todos os entrevistados possuem ensino superior completo, e grande parte com pós-graduação.

A Escola tem um papel social na vida de crianças e adolescentes, pois é um dos primeiros lugares em que estas têm contato com outros indivíduos não pertencentes à sua rede familiar e onde permanece parte do seu tempo adquirindo conhecimento empírico além de passar pela adaptação por estar distante dos seus responsáveis legais. Como explica Antunes (2008, p. 469) “a escola pode ser considerada como uma instituição gerada pelas necessidades produzidas por sociedades que, por sua complexidade crescente, demandavam formação específica de seus membros”. Neste mesmo sentido, Araújo e Yoshida (2009) afirmam que:

A educação está num processo constante de mudanças, mudanças essas que tentam acompanhar o ritmo do novo milênio. Nesse sentido o educador vem exercendo um papel insubstituível no processo de transformação social, pois a formação de sua identidade ultrapassa o profissional, constituindo fundamentalmente a sua atenção profissional na prática social.

DISCUSSÃO

Quanto o trabalho de prevenção do abuso sexual, Brino e Willians (2008, p. 214) discutem sobre a efetividade de um ensino direcionado aos pais e crianças vítimas de abuso sexual infantil que seja realizado por profissionais da educação. Falam sobre a dificuldade em encontrar educadores capacitados acerca do abuso sexual infantil, e o espaço que esse tema tem ganhado nas escolas e salas de aula. Daí nasce a importância de planejar, realizar e avaliar programas de capacitação a profissionais e crianças na prevenção de abuso sexual.

Segundo Pelisoli e Piccoloto (2010 apud Rispens, Aleman & Goudena, 1997) professores, orientadores e funcionários de escolas podem ter um papel muito importante na identificação precoce de situações de abuso ou mesmo na prevenção. Esses trabalhadores têm contato diário com as crianças e adolescentes no contexto escolar, que é um local muito propício para discussão e reflexão. Além disso, como na maioria dos casos o agressor é parte da família, a escola é o lugar ideal para detecção e intervenção.

Segundo estudo realizado por Brino e William (2003b), as professoras carecem de informações sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e especificamente sobre abuso sexual. No estudo realizado por elas, muitas professoras declararam já ter em suas salas de aulas casos de vítimas entre seus alunos. Assim, as autoras reforçam a importância e a necessidade

de os professores receberem treinamento especializado para identificar e intervir nesses casos, já que muitos professores apresentam apenas um conhecimento leigo sobre o tema, buscam informações em meios não apropriados e não tem clareza sobre os procedimentos que devem tomar.

Frente a importância da interferência da Escola em casos de abuso sexual, os dados obtidos através das entrevistas demonstram que os participantes dividem a mesma opinião, evidenciando a importância e a necessidade da interferência da Escola em Casos de abuso sexual. Pois os entrevistados afirmam:

Entrevistado 1: Percebo a importância da Escola na parceria com as famílias fazendo com que o aluno seja o sujeito respeitado e amparado no contexto. **Entrevistado 2:** Na maioria das vezes, está tendo abuso infantil e os pais não percebem, ou fazem que não percebem. **Entrevistado 3:** As professoras regentes ficam bastante com essas crianças, as à conhecem bem. **Entrevistado 4:** É muito importante, pois muitas vezes é na escola que se observa esses casos. **Entrevistado 5:** Sempre é na escola que estoura a bomba. **Entrevistado 6:** Geralmente é na escola que são identificadas as vítimas. **Entrevistado 7:** Os profissionais estão todos os dias com as crianças e ali eles podem se sentirem seguros, e em muitos casos é o professor que pode ser a voz da criança. **Entrevistado 8:** A escola precisa ser suporte para o aluno. **Entrevistado 9:** Na maioria das vezes o professor tem bastante convívio com a criança e isso ajuda a resolver a situação. **Entrevistado 10:** É o local que tem condições de identificar e encaminhar. **Entrevistado 11:** A escola pode encaminhar o aluno para um médico, psicólogo, etc. **Entrevistado 12:** A escola não deve se ater apenas as questões pedagógicas, pois antes de serem alunos, eles são seres humanos. Combater o abuso sexual, em qualquer das suas formas também é um papel da escola e de toda a sociedade. **Entrevistado 13:** A escola tem papel fundamental na vida do aluno, sendo também responsável por sua formação como cidadão. E as vezes é a única alternativa de auxílio que o aluno conhece. **Entrevistado 14:** Tentar ajudar na forma que for possível. **Entrevistado 15:** Sim, pois envolve todo o desenvolvimento do aluno.

O entrevistado 1 fala sobre a parceria Escola X Família na questão da interferência do abuso sexual e de acordo com Picanço (2012, p. 14):

Hoje em dia existe cada vez mais a necessidade de a escola estar em perfeita sintonia com a família. A escola é uma instituição que complementa a família e juntas tornam-se lugares agradáveis para a convivência de todos. [...] A escola não deveria viver sem a família nem a família deveria viver sem a escola. Uma depende da outra, na tentativa de alcançar um maior objetivo, qualquer um que seja, porque um melhor futuro para os alunos é, automaticamente, para toda a sociedade.

Atualmente assiste-se a um tensionamento nas relações entre família e escola, atravessadas pela complexificação da dinâmica social e pelas demandas dos tempos contemporâneos que afetam os dois polos. Os educadores têm reiteradamente relatado a ausência ou pouca participação dos pais no percurso escolar dos filhos e que as famílias têm delegado à escola a função educativa dos filhos, isentando-se dessa responsabilidade.

O entrevistado 2 afirma que a necessidade da interferência da escola nesses casos de abuso, pode ser importante já que muitas vezes há omissão por parte dos pais, ou realmente não percebem que há algo de errado com seus filhos.

Conforme publicado no *Jornal de Pediatria* pelas autoras Luci Pfeiffer e Edila Pizzato Salvagni (2005), os casos mais frequentes de abuso sexual ocorridos até a adolescência são intrafamiliares, ou seja, ocorrem com pessoas do círculo familiar com um grau de parentesco, e isso pode causar um dano psicológico à vítima maior do que se o abusado fosse um desconhecido. A respeito do silêncio causado pela omissão familiar as autoras afirmam que: “nos casos mais comuns e dentro de uma estrutura patriarcal de poder trazida das gerações anteriores, a mãe passa a ocupar o papel de silent partner (parceira silenciosa) – no qual tem uma participação muda em um quadro geral de violência” (PFEIFFER & SALVAGNI 2005, S200).

Os participantes 3, 4, 5, 6, 7, 9, 10, 11, 12, 13 e 14 compartilham da mesma opinião, de que a escola e seus profissionais tem papel importante na interferência do abuso sexual. As crianças vítimas de abuso, procuram na escola um amparo, mesmo que por vezes não verbalizem. O abuso sexual fala por si só através de suas consequências físicas e psicológicas, e como instituição social é dever da escola tomar atitudes referentes ao abuso, desta forma, o professor não deve se abster da responsabilidade que tem com o aluno que não é apenas de ensinar/educar, mas também de proteger e cuidar.

Neste âmbito, a escola, por meio de seus profissionais, que estão próximos das crianças, deve atentar-se aos sinais que elas oferecem, as vítimas pedem socorro seja via própria voz, por linguagem corporal ou por meio de ações e comportamentos que indicam que há algo de errado. Cabe também ao professor, assim como a psicólogos, assistentes sociais, enfermeiros, médicos, advogados, magistrados, promotores, estarem atento a ouvir e perceber os sinais da criança abusada, que legalmente o próprio ECA (BRASIL, 1990, p. 99) expõe esta prerrogativa.

Art. 245. Deixar o médico, professor ou responsável por estabelecimento de atenção à saúde e de ensino fundamental, pré-escola ou creche, de comunicar à autoridade competente os casos de que tenha conhecimento, envolvendo suspeita ou confirmação de maus-tratos contra criança ou adolescente: Pena - multa de três a vinte salários de referência, aplicando-se o dobro em caso de reincidência.

É sabido que identificar a vítima de violência não é tarefa fácil, no entanto é primordial que isto ocorra. Estar imbuído/a desta tarefa de romper com o ciclo de silêncio remete a pensar que esta revelação supõe que a criança tenha confiança para que isto ocorra. O professor principalmente deve acolher o relato e transmitir confiabilidade e atenção, esclarecendo que a

criança não terá prejuízos com isso e que acredita em sua fala. Para tanto, o protocolo a seguir também pelo professor é o clarificado no ECA (BRASIL, 1990), em seu artigo 13 que “[...] os casos de suspeita ou confirmação de maus-tratos contra criança ou adolescente serão obrigatoriamente comunicados ao Conselho Tutelar da respectiva localidade, sem prejuízo de outras providências legais” (BRASIL, 1990, p.17).

Rocha et al (2011, p. 259), comenta, que mesmo o Governo criando estratégias de enfrentamento a este tipo de violação, “[...] a participação da escola neste contexto ainda é incipiente, o que demanda ações mais consistentes de envolvimento destas instituições na rede de enfrentamento deste tipo de violência”.

De acordo com o entrevistado 15, é importante a interferência da Escola, porque o abuso sexual envolve todo o desenvolvimento do aluno. De forma direta ou indireta, a violência traz prejuízos sérios e em diferentes níveis para o desenvolvimento saudável da criança. O impacto desse acontecimento não é temporário ou passageiro, e não deve ser desconsiderado, pois de acordo com Day et al (2003, p. 14), há que se considerar:

[...] efeitos a longo prazo (que) não são evidenciados de imediato. Deve ser reconhecido como um sério problema da infância. Mesmo que crianças vitimizadas sejam retiradas de suas casas, os efeitos da experiência vivida repercutirão em toda sua vida.

Estudos realizados por Amazarray e Koller (1998), Ferrari e Vecina (2002), Viodres e Ristum (2008) contribuem sobre o expressivo impacto do abuso sexual no desempenho e na vida acadêmica da vítima como: alterações no desenvolvimento cognitivo, na linguagem, na memória e no rendimento escolar, baixa concentração, agressividade e impulsividade. E essas características são diferentemente encontradas nas crianças, variando em maneiras e graus, não tendo como classificar um perfil absoluto. É importante também ressaltar, os reflexos biopsicossociais do abuso sexual.

Sobre saber identificar vítimas de abuso sexual:

Entrevistado 1: Percebo algumas vezes pelas atitudes da criança ou quando elas comentam algo. **Entrevistado 2:** Sim, na grande maioria sim. **Entrevistado 3:** Através da observação, a criança fica mais agitada e arredia. **Entrevistado 4:** Sim, pois a criança muda o comportamento. **Entrevistado 5:** Acredito que sim. **Entrevistado 6:** Penso que sim. **Entrevistado 7:** Sim. Geralmente ficam isolados e amedrontados. **Entrevistado 8:** Acredito que sim, pois o comportamento da criança muda. **Entrevistado 9:** Me chama a atenção a criança muito insegura, autoestima baixa, que não brinca, apática, ou muito agressiva. **Entrevistado 10:** É possível identificar pelo comportamento diferente do aluno. Ex.: ficam mais quietos, alheios, sempre com os olhos baixos. **Entrevistado 11:** Nunca vivenciei uma situação parecida, então não posso dizer se sei ou não identificar os sinais de abuso. **Entrevistado 12:** Nem sempre. É necessário observação constante e diálogo.

Entrevistado 13: Não. **Entrevistado 14:** Não, tenho pouco entendimento.
Entrevistado 15: É bastante delicado e difícil saber.

Os entrevistados 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9 e 10 acreditam saber como identificar vítimas de abuso sexual, e é importante que o abuso sexual seja percebido por meio de uma cuidadosa análise e investigação de alguns indicadores comportamentais que devem ser examinados em conjunto com outros fatores presentes no sujeito, nunca isolados (AZEVEDO; GUERRA, 1995).

Azevedo e Guerra (1995, p.74), como já citados anteriormente neste artigo, dizem que devemos voltar a atenção para o fato de que:

[...] uma criança que por palavras, brincadeiras ou desenhos sugere um conhecimento sexual inapropriado a sua idade; uma criança com preocupações excessivas com questões sexuais e um conhecimento precoce de comportamento sexual adulto; que repetidamente se envolve em brincadeiras sexuais com colegas; que é sexualmente provocante com adultos; uma criança mais velha que se conduz de um modo sexualmente precoce, comportando-se de uma forma que a isola de seu grupo de colegas e atrai comportamento crítico ou sedutor por parte dos adultos; pedidos de contracepção não são raros em crianças sexualmente abusadas e podem ser um grito de ajuda.

Cabe salientar, que a criança abusada sexualmente pode apresentar em seu contexto escolar diversos sintomas, são eles, falar sobre o problema – ao contrário, a literatura aponta que a criança que sofreu ou está sofrendo abuso sexual demonstra dificuldades em relatar o fato. Comportamentos sexualizados, como o toque frequente nos órgãos sexuais, desenhos e posturas sexuais constantes, problemas no sono (pesadelos, vigília), fugir de casa ou evitar voltar para casa após a escola, evitar o toque de outras pessoas, desenvolvendo fobias. Pode se comportar retraída, isolada e quieta; comportamentos agressivos e sexualizados; medrosa; envergonhada, triste e carente; desconfiada e irritada; passiva. Os prejuízos que uma criança abusada pode sofrer são dificuldades de adaptação interpessoal, sexual, afetiva e de aprendizagem escolar (AZEVEDO, GUERRA, 1997).

Os entrevistados 11, 12, 13, 14 e 15 dizem não ter um conhecimento sobre como identificar vítimas de abuso sexual, para Libório et al. (2007, p. 164-165), discutir sobre abuso sexual no cotidiano da escola traz como prerrogativa o debate sobre a sexualidade, e ambos não são temas simples para os professores que não tiveram esta preparação na sua formação inicial ou continuada. Essas autoras problematizam:

Como compreender as vivências e práticas sexuais de crianças e adolescentes, especialmente quando tais práticas entram em choque com a sexualidade dos profissionais da educação assim como em relação aos seus valores, pelo fato de não ter tido condições de dialogar sobre esse tema em sua formação? Portanto, como fica

a identidade pessoal e profissional deles? Como o tema do abuso sexual [...] ecoa sobre sua própria subjetividade e sua sexualidade?

O estudo de Moizés e Bueno (2010) enfoca as dificuldades de professores em relação ao tema sexualidade. Ressalta ainda a importância desta temática ser trabalhada na escola, abrangendo as relações afetivas e intimidade, discutindo as crenças, tabus, mitos e estereótipos que o circundam. As pesquisadoras argumentam que a escola é o espaço ideal para aprendizagens e reflexões, entretanto, pontuam que a maioria dos professores se desenvolveram em um contexto que não discutia a sexualidade, nem tiveram formação posterior na sua trajetória profissional.

A pesquisa conclui que os sujeitos apresentaram noções equivocadas, não se sentindo tranquilos e disponíveis para essa discussão com os alunos. Moizés e Bueno (2010, p. 207) comentam:

O professor não precisa ser um especialista em Educação Sexual, mas apenas um profissional devidamente informado, sobre a sexualidade humana, que reflita sobre ela, sendo capaz de criar contextos pedagógicos adequados e selecionar estratégias de informação, de reflexão e de debate de ideias, reciclar-se e atualizar seus conhecimentos de forma a ensinar a pensar, tornando-se mediador do conhecimento.

Segundo Pelisoli e Piccoloto (2010) a respeito do comportamento de vítimas de abuso sexual infantil, as crianças podem apresentar agitação psicomotora, dificuldade de concentração e de memória, isolamento, agressividade, abuso de substâncias, queda do rendimento escolar, comportamento hipersexualizado, sentimentos de vergonha, medo, tristeza, raiva, etc., além de possíveis problemas físicos decorrentes do abuso, como doenças sexualmente transmissíveis e gravidez. Em termos de psicopatologia, a mais comum e mais estudada é o Transtorno de Estresse Pós-Traumático, mas o desenvolvimento de outras psicopatologias também é comum, como o transtorno depressivo e outros transtornos de ansiedade (MANIGLIO, 2009).

Quanto as providências a tomar em caso de algum aluno ser vítima de abuso sexual temos as seguintes falas dos entrevistados:

Entrevistado 1: Como professora sempre dividimos esses fatos com os gestores da escola e demais professores. **Entrevistado 2:** Levar ao chefe imediato para resolvermos juntos. **Entrevistado 3:** Informar a direção da escola para tomar as devidas providências. **Entrevistado 4:** Primeiramente comunicar a direção da escola, para depois juntamente com ela encaminhar para os órgãos competentes. **Entrevistado 5:** Comunicar a direção, conselho tutelar. **Entrevistado 6:** Avisar a direção para que entre em contato com o conselho tutelar. **Entrevistado 7:** Comunicar a direção da escola e com o grupo de professores procurar acionar o conselho tutelar, psicólogos e autoridades competentes (PM). **Entrevistado 8:** Informar a secretaria da escola, secretaria de educação e e seguida o conselho tutelar. **Entrevistado 9:** Estar conversando com os pais, e acionar os órgãos competentes. **Entrevistado 10:** Entrar em contato com os pais, juntamente com a direção da escola e tentar resolver, caso

contrário acionar o conselho tutelar. **Entrevistado 11:** Avisar o conselho tutelar. **Entrevistado 12:** Chamar as autoridades cabíveis. **Entrevistado 13:** Procurar os órgãos competentes. **Entrevistado 14:** Primeiramente conversar com a criança, depois pais e em seguida encaminhar para atendimento psicossocial. **Entrevistado 15:** Gostaria de ter mais orientação sobre este assunto.

Os entrevistados 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7 e 8 comunicariam primeiramente a direção da escola caso houvesse caso de abuso sexual entre seus alunos. Já os entrevistados 9, 10 e 14 entrariam em contato com os pais. Conforme Balbinotti (2008) apresenta em seu artigo, se o abuso for revelado na escola ou no hospital, é obrigatória, aos profissionais da saúde e da educação, a comunicação do fato delituoso às autoridades competentes, imposta pelo ordenamento jurídico brasileiro, a partir de 1990, sob pena de cometimento de infração administrativa. Entende-se por autoridades competentes: o Conselho Tutelar, ou ainda ao juiz da Vara da Infância e da Juventude, ou mesmo ao Promotor daquela Justiça. O silêncio poderá ser caracterizado como crime de omissão de socorro (art. 135 do Código Penal) ou outro tipo mais grave, conforme o caso. Poderá a pessoa omissa ser tida como conivente, sujeita então às mesmas penas dos autores do crime.

A respeito das providências tomadas Hayeck (2009) comenta que havendo provas suficientes nos casos de maus tratos físicos ou sexuais, a denúncia ao Ministério Público pode ocasionar o afastamento da criança e/ou adolescente da convivência com o abusador (previsto no artigo 130 do estatuto) quando se mora na mesma residência. Em caso do agressor ser o pai e a mãe ser omissa ou conveniente à violência, é responsabilidade do Conselho Tutelar, médicos e outros profissionais encaminharem a criança/adolescente à Promotoria da Infância legitimada pelo poder público, que age juntamente com a Justiça da Infância e da Juventude.

Os entrevistados sobre já terem se deparado com alunos vítimas de abuso sexual comentam que:

Entrevistado 1: Algumas situações de desconfiança, mas não sei se foi tomada alguma providência. **Entrevistado 2:** Sim. **Entrevistado 3:** Na escola sim, mas não era minha aluna. **Entrevistado 4:** Não. **Entrevistado 5:** Não tive nenhum caso, mas quando a criança muda bruscamente de atitude gente observa muito. **Entrevistado 6:** Não. **Entrevistado 7:** Não. **Entrevistado 8:** Não. **Entrevistado 9:** Não. **Entrevistado 10:** Não. **Entrevistado 11:** Não. **Entrevistado 12:** Não. **Entrevistado 13:** Não. **Entrevistado 14:** Não. **Entrevistado 15:** Acho que não.

Apenas os entrevistados 1 e 2 relataram desconfiar ou já ter tido caso de abuso sexual, enquanto os demais afirmam nunca terem tido vítima de abuso sexual em suas salas de aula. De acordo com pesquisa publicada no BBC Brasil, um levantamento do Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), feito com base nos dados de 2011 do Sistema de Informações

de Agravo de Notificação do Ministério da Saúde (Sinan), mostrou que 70% das vítimas de estupro no Brasil são crianças e adolescentes. Em metade das ocorrências envolvendo menores, há um histórico de estupros anteriores. Além disso, a proporção de ocorrências com mais de um agressor é maior quando a vítima é adolescente e menor quando ela é criança. Cerca de 15% dos estupros registrados no sistema do Ministério da Saúde envolveram dois ou mais agressores. "As consequências, em termos psicológicos, para esses garotos e garotas são devastadoras, uma vez que o processo de formação da autoestima - que se dá exatamente nessa fase - estará comprometido, ocasionando inúmeras vicissitudes nos relacionamentos sociais desses indivíduos", aponta a pesquisa.

Como aponta o site Rede Brasil Atual (2017), de acordo com o balanço de denúncias colhidas pelo Disque 100, canal para relatar casos de violação de direitos humanos, o Brasil somou pelo menos 175 mil casos de exploração sexual de crianças e adolescentes entre 2012 e 2016, o que representa quatro casos por hora. Apenas entre 2015 e 2016, 37 mil casos de violência sexual na faixa etária de 0 a 18 anos foram denunciados.

Ao todo, 67,7% das crianças e jovens que sofrem abuso e exploração sexuais são meninas, contra 16,52% dos meninos. Os casos em que o sexo da criança não foi informado totalizaram 15,79%. A maioria dos casos (40%) ocorrem com crianças entre 0 a 11 anos, seguidas por 12 a 14 anos (30,3%) e de 15 a 17 (20,09%), levando em conta as denúncias do Disque 100. A maioria dos agressores são homens (62,5%) e adultos de 18 a 40 anos (42%).

Os números de crianças abusadas é imenso no Brasil, o que levanta a dúvida de que algumas dessas crianças já podem ter passado por esses professores, porém pela falta de capacitação na identificação, os mesmos acreditam nunca terem tido alunos vítima de abuso sexual.

Pelisolí e Piccoloto (2010) citam em seu trabalho a divulgação da pesquisa feita pela Secretaria Especial dos Direitos Humanos, com dados referentes ao período de maio de 2003 a maio de 2004, que incluíam mais de 17.000 denúncias. Destas, aproximadamente 5.000 eram denúncias de abuso sexual e aproximadamente 4.000 de exploração sexual, ou seja 28,7% das denúncias são referentes a abuso sexual, enquanto 27,8% a exploração sexual e 45% a outras formas de violência contra crianças e adolescentes (Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2007). Esses são dados que chegam até os Direitos Humanos, e é possível fazer um levantamento, entretanto, existem inumeráveis casos que não são denunciados.

Quanto a necessidade de uma capacitação para professores que ajude na identificação e interferência em casos de abuso sexual, os entrevistados responderam que:

Entrevistado 1: Muito importante, precisamos de ações que esclareçam e ajudem a identificarmos melhor esses fatos. **Entrevistado 2:** Seria ótimo para termos um conhecimento de como lidar. **Entrevistado 3:** Grande necessidade, pois, com a grande variedade de formas de família (estrutura familiar) precisamos saber como enfrentar esta situação no cotidiano escolar. **Entrevistado 4:** Realmente não somos capacitados para esse caso. **Entrevistado 5:** Precisamos, pois na educação não temos capacitação nesta área. **Entrevistado 6:** Palestras. **Entrevistado 7:** Acredito que sempre bom, um pouco mais de conhecimento sobre o assunto. **Entrevistado 8:** Acredito que seja necessário. **Entrevistado 9:** Para que ambos possam estar preparados para auxiliar caso venha a se deparar com essa situação. **Entrevistado 10:** Precisamos, pois na nossa área não existe nenhum tipo de capacitação. **Entrevistado 11:** Seria muito importante, quanto mais informação, melhor. **Entrevistado 12:** A capacitação torna-se importante no diagnóstico referente a cada situação. **Entrevistado 13:** Acredito que é uma necessidade latente, pois é preciso saber lidar com essa situação, identificando os sinais e fazendo os encaminhamentos necessários. **Entrevistado 14:** Essencial. Pois cada vez tornam-se mais frequentes os casos. Isso afeta o processo de aprendizagem do aluno e é importante que se saiba identificar, para que não haja distorções. **Entrevistado 15:** Muito importante.

Unanimemente os entrevistados reconhecem a necessidade de uma capacitação no reconhecimento de vítimas de abuso sexual, como Oliveira e Miranda (2013), se os/as profissionais envolvidos/as com a criança tivessem uma boa formação, capacitada a essa temática, a identificação de vítimas possivelmente tornar-se-ia mais fácil e rápida.

Considerando que a escola deve ter como objetivo garantir a qualidade de vida de sua clientela, bem como promover a cidadania, é necessária a capacitação dos/as professores/as, como o conhecimento das leis que amparam a vítima e os direitos da criança e do/a adolescente, e de possíveis acompanhamentos psicopedagógico e psicológico individual para crianças abusadas sexualmente (LANDINI, 2011).

A falta de capacitação a esses profissionais da Educação, faz com que muitas vítimas de abuso passem por eles imperceptivelmente, e anulando a possibilidade de esta violência ser denunciada.

Oliveira e Miranda (2013), acreditam na importância do tema sexualidade para a formação de professores/as como educadores/as sexuais, para que assim, possam ter condições de poder identificar uma criança abusada e encaminhá-la o mais rápido possível a profissionais que possam ajudar no processo cognitivo e psíquico. As autoras evidenciam a influência do trabalho em conjunto em relação a uma criança vítima de violência sexual, partindo de uma formação docente nesse tema, em que os profissionais da Educação atuem na identificação, comunicação à família, e encaminhamento a profissionais específicos, buscando amparo e cuidado psíquico e cognitivo da vítima.

Pelisolí e Piccoloto (2010) apud Habigzang, Azevedo, Koller & Machado (2006) afirmam que: “a capacitação de diferentes profissionais e a abertura de novos serviços que

atendam esse público [vítimas de abuso sexual infantil] são destacadas como necessidades urgentes”. (p. 113)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No processo de produção desta pesquisa buscou-se entender e evidenciar após a coleta e análise dos dados, a visão dos profissionais da educação frente à violência que é o abuso sexual infantil. A partir dos relatos dos entrevistados, constata-se que há uma necessidade imediata de capacitação para esses profissionais a respeito deste assunto. Não somente em casos de intervenção da violência, mas também relacionada a prevenção do abuso sexual infantil. Os entrevistados dizem saber como interferir em casos de abuso sexual, porém reconhecem que uma capacitação teria grande relevância na identificação e interferência nestes casos.

Pelisolli e Piccoloto (2010 apud Knapp 2014) sugerem que a psicoeducação pode vir a ser uma estratégia útil em muitos tratamentos psicoterápicos, e pode ser utilizado com esses profissionais que tem ligação direta com crianças e adolescentes:

Nessa proposta, sugere-se que os trabalhadores da escola sejam ensinados por um profissional especialista no assunto sobre o fenômeno do abuso sexual, sua prevalência e consequências e possíveis sinais que contribuem para identificar uma situação abusiva precocemente. Além disso, a psicoeducação vai contribuir para ensiná-los a como agir nesses casos, que instituições acionar e a melhor forma de abordar o assunto com a criança e os pais. (p. 122)

Neste contexto, as autoras também falam a respeito da educação sexual nas escolas, que muitas vezes se atém apenas em assuntos relacionados a anatomia e fisiologia dos órgãos sexuais assim como apresentação de doenças sexualmente transmitidas. Este espaço pode ser utilizado para além destes assuntos, abordar sobre a relação não consentida, relacionamentos abusivos e ilegais estabelecidos nos mais variáveis contextos da criança e do adolescente, acrescentando relações de poder, sentimentos saúde e lei.

Cabe aqui salientar, que não pode ser atribuída como dever exclusivo à escola a responsabilidade de trabalhar a Educação Sexual, porém, ela configura como mais uma instância onde circulam saberes sobre o corpo e a sexualidade. Os professores estão comprometidos diretamente com a (de)formação dos corpos dos estudantes. Portanto, não devem ser meros observadores, e sim contribuir para uma Educação Sexual sem repressões. As suas identidades não estão prontas, nem nunca estarão. Participar desse processo de (des)construção das identidades, com o que falado e ensinado pelos professores e também com o que silenciado por não ser por estes profissionais percebidos (LANDINI, 2011).

Esta pesquisa mostra que grande parte dos entrevistados nunca se deparou com casos de alunos vítimas de abuso sexual, mesmo eles tendo anos de profissão, entretanto como apresentado neste artigo o número de crianças vítimas de abuso sexual no Brasil é alarmante e infelizmente a probabilidade de algum aluno ser vítima de abuso sexual é muito grande e saber identificar estas vítimas é extremamente importante, pois quanto mais cedo se detectar e denunciar o abuso, mais protegida a vítima estará de novos abusos, e terá mais tempo para tratar seus traumas psicológicos advindos do abuso.

Acredita-se na importância dessa temática para a formação de professores como educadores sexuais, para que possam ser capacitados à identificar uma criança abusada e encaminhá-la o mais rápido possível a profissionais que possam ajudar no processo cognitivo e psíquico. Como afirmam Azevedo e Guerra (1995), a criança vítima de abuso sexual, leva com ela consequências orgânicas e psicológicas e comumente a criança apresenta dificuldade de aprendizagem na escola, e isso pode refletir no seu futuro negativamente como mais uma consequência do abuso sofrido.

Frente a todos esses fatos comprova-se a urgência em capacitar os profissionais da educação, assim como os que ainda estão na graduação, a falar sobre sexualidade em suas salas de aula, assim como saber identificar, saber que atitudes legais devem tomar, e a como reagir perante situações de abuso sexual.

REFERÊNCIAS

AMAZARRAY, Mayte Raya. KOLLER, Silvia Helena. **Alguns aspectos observados no desenvolvimento de crianças vítimas de abuso sexual.** Psicologia: Reflexão e Crítica. V.11, n.3. Porto Alegre: 1998. Disponível em: www.scielo.br/SciELO. Acesso em: 24 maio 2017.

ANTUNES, Mitsuko Aparecida Makino. **Psicologia Escolar e Educacional: história, compromissos e perspectivas.** Psicologia Escolar Educacional (Impr.) vol.12 no.2 Campinas, 2008.

ARAÚJO, de P.L.; YOSHIDA, S.M.P.F. **Professor: Desafios da prática pedagógica na atualidade.** Disponível em: <http://www.ice.edu.br/TNX> Acesso em: 20/10/2017

AZEVEDO, Maria Amélia; GUERRA, Viviane de Azevedo. **A violência doméstica na infância e na adolescência.** São Paulo: Robe Editorial, 1995.

BALBINOTTI, Claudia. **A violência sexual infantil intrafamiliar:** a revitimização da criança e do adolescente vítimas de abuso. Disponível em: <http://www3.pucrs.br/> Acesso em 15/10/2017.

BARROS, A. J.P; LEHFELD, N.A.S. **Fundamentos da Metodologia:** Um Guia para Inicialização Científica. São Paulo: McGraw-Hill, 1986.

BRASIL. Presidência da República Casa Civil Subchefia para Assuntos Jurídicos Estatuto da Criança e do Adolescente. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Brasília, 1990.

BRINO, R. F., WILLIAMS, L. C. A. **Concepções da professora acerca do abuso sexual infantil.** In: Cadernos de Pesquisas, 119, 113-128, 2003. Disponível em <http://www.laprev.ufscar.br/> Acesso em: 03/11/2017.

DAY, Vivian Peres et al. **Violência doméstica e suas diferentes manifestações.** Revista Psiquiatria. RS, 25'(suplemento 1): 9-21, abril 2003. Disponível em www.scielo.br. Acesso em: 20 maio. 2017.

DONATO, Fabiana Juvêncio Aguiar. **Abuso Sexual:** silêncio e desocultação na dinâmica da escola. 264 f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Educação), Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias. Lisboa, 2011.

FALEIROS, Vicente de Paula. FALEIROS, Eva Silveira. **Escola que protege:** enfrentando a violência contra crianças e adolescentes. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. 2ª Ed. 2008.

GIL, A C. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** São Paulo: Atlas, 2007.

GRESSLER, Lori Alice. **Introdução à pesquisa:** projetos e relatórios. 2ª ed. rev. atual. São Paulo: Loyola, 2004.

HAYECK, Cynara Marques. **A violência contra crianças e adolescentes ao longo dos séculos e os atuais trâmites institucionais de atendimento aos sujeitos vitimizados.** ANPUH – XXV Simpósio Nacional de História – Fortaleza, 2009.

LANDINI, T. S. **O professor diante da violência sexual.** São Paulo: Cortez, 2011.

LIBÓRIO, Renata et al. **Saberes de profissionais de educação sobre abuso e exploração sexual:** contribuições para políticas educacionais. In: LEAL, Maria L.P.; LEAL, Maria F.P.; LIBORIO, Renata M.C. (Org.) **Tráfico de Pessoas e Violência Sexual.** Brasília: VIOLES/SER/UnB, 2007.

MANIGLIO, Roberto. **The impact of child sexual abuse on health:** A systematic review of reviews. *Clinical Psychological Review*, 29, 647-657 (2009).

MOIZÉS, J.S.; BUENO, S.M.V. **Compreensão sobre sexualidade e sexo nas escolas segundo professores do ensino fundamental.** Escola de Enfermagem USP. São Paulo: v. 44, n. 1, mar. 2010. Disponível em: www.scielo.br/SciELO. Acesso em: 22 maio 2017.

OLIVEIRA, D.C. **Análise de Conteúdo Temático-Categorial:** uma proposta de sistematização. *Rev enfermagem. UERJ*, Rio de Janeiro, v.16, n.4, p.569-76, 2008.

OLIVEIRA, de M. MIRANDA, A.C.T. **Abuso sexual infantil e escola:** enfrentamento e intervenções pedagógicas. Seminário Internacional Fazendo Gênero 10 (Anais Eletrônicos), Florianópolis, 2013. ISSN 2179-510X

PELISOLI, C. PICCOLOTO, L.B. **Prevenção do abuso sexual infantil:** Estratégias cognitivo comportamentais na escola, na família e na comunidade. *REVISTA BRASILEIRA DE TERAPIAS COGNITIVAS*, Volume 6, Número 1, 2010.

PFEIFFER; L, Salvagni EP. **Visão atual do abuso sexual na infância e adolescência.** *J Pediatra (Rio de Janeiro)*. 2005;81(5 Supl): S197-S204.

PICANÇO, A.L.B. **A relação entre escola e família:** as suas implicações no processo de ensino e aprendizagem. Mestrado em ciências da educação, Lisboa, 2012.

RABELO, A.O.; MARTINS, A.M. **A Mulher no magistério brasileiro:** um histórico sobre a feminização do magistério. In: Congresso Luso-Brasileiro de história da educação, Uberlândia, 2010.

ROCHA, G. O. Rêgo da; LEMOS, F. C.; LÍRIO, F. C. **Enfrentamento da Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes no Brasil:** políticas públicas e o papel da escola. Cadernos de Educação. FaE/PPGE/UFPel. Pelotas [38], janeiro/abril, 2011, p. 259-287.